

POLÍTICAS PÚBLICAS E PERMANÊNCIA EDUCACIONAL DE MULHERES: UMA REVISÃO SOBRE CUIDADO, MATERNIDADE E TRABALHO

Public policies and women's educational persistence: a review of care, motherhood, and work

Ruth Bispo de Freitas Silva¹.

1 Mestranda em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educator. E-mail: rute.freitas.2010@hotmail.com

Resumo

O estudo teve como objetivo analisar as contribuições, os limites e as lacunas atribuídos pela produção científica às políticas públicas educacionais e intersectoriais e às ações institucionais voltadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, responsabilidades familiares de cuidado e trabalho na Educação de Jovens e Adultos e no ensino superior brasileiro. Desenvolveu-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com buscas na SciELO e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, complementadas por rastreamento de referências em periódicos, repositórios institucionais e Google Acadêmico. Incluíram-se publicações de 2016 a julho de 2026, em português, inglês ou espanhol, disponíveis integralmente e relacionadas ao contexto brasileiro. O corpus reuniu 17 estudos. Entre as barreiras mais recorrentes figuraram sobrecarga de cuidado, trabalho remunerado, restrições financeiras, incompatibilidade de horários e insuficiência de serviços institucionais. Auxílios, creches, flexibilização acadêmica, acolhimento e redes de apoio favoreceram a continuidade, mas apresentaram cobertura desigual e dependência de arranjos informais. A literatura aponta a necessidade de articular políticas educacionais, assistência estudantil e políticas de cuidado, respeitando as especificidades da Educação de Jovens e Adultos e do ensino superior.

Palavras-chave: Direito à educação. Assistência estudantil. Divisão sexual do trabalho. Educação de Jovens e Adultos. Ensino superior.

Abstract

This study analyzed the contributions, limitations, and gaps attributed by scientific literature to educational and intersectoral public policies and institutional actions aimed at supporting the educational persistence of young and adult women who combine study, motherhood, family caregiving responsibilities, and work in Brazilian Youth and Adult Education and higher education. A qualitative integrative literature review was conducted through searches in SciELO and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, supplemented by reference tracking in academic journals, institutional repositories, and Google Scholar. Publications issued from 2016 to July 2026, written in Portuguese, English, or Spanish, available in full text, and related to the Brazilian context were eligible. The corpus comprised 17 studies. The most frequent barriers were caregiving overload, paid work, financial constraints, incompatible schedules, and insufficient institutional services. Financial aid, childcare services, academic flexibility, institutional support, and support networks favored continuity, although their coverage was uneven and frequently dependent on informal arrangements. The literature indicates the need to coordinate educational policies, student assistance, and care policies while recognizing the specificities of Youth and Adult Education and higher education.

Keywords: Right to education. Student assistance. Gender division of labor. Youth and Adult Education. Higher education.

INTRODUÇÃO

Reconhecida como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação pressupõe igualdade de condições não apenas para o acesso, mas também para a permanência (Brasil, 1988). Essa dimensão adquire contornos específicos nas trajetórias de jovens e mulheres adultas que conciliam formação, maternidade, responsabilidades familiares de cuidado e trabalho. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no ensino superior, a continuidade depende de condições materiais, familiares, pedagógicas e institucionais capazes de sustentar frequência, participação, aprendizagem e conclusão.

Apesar da ampliação da presença feminina nos diferentes níveis de ensino, a distribuição do trabalho doméstico e do cuidado permanece desigual. A organização cotidiana das famílias ainda atribui às mulheres parcela expressiva das atividades necessárias à manutenção da vida, com efeitos sobre o tempo de estudo, a autonomia econômica e a participação acadêmica. Na EJA, essas exigências se somam frequentemente a percursos anteriores de exclusão escolar; no ensino superior, entram em tensão com avaliações, estágios, atividades extracurriculares e horários concebidos para estudantes com elevada disponibilidade de tempo (Brasil, 1996; Leite; Alves, 2022).

Os indicadores nacionais ajudam a dimensionar essa assimetria. Em 2022, as mulheres brasileiras dedicaram, em média, 9,6 horas semanais a mais do que os homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas (IBGE, 2023). Ao mesmo tempo, elas corresponderam a 59,5% dos concluintes da educação superior em 2024 (Inep, 2026). A expressiva presença entre os diplomados, portanto, precisa ser examinada juntamente com as condições sob as quais essas trajetórias foram mantidas.

Pesquisas empíricas descrevem como tais condições operam em contextos distintos. Leite e Alves (2022), em estudo com 24 universitárias, relacionaram a conciliação entre trabalho, maternidade e formação à sobrecarga e a dificuldades de participação. Na EJA, Lima (2025) identificou efeitos da maternidade, do trabalho doméstico e da precarização laboral sobre afastamentos e retornos, ao lado de redes de solidariedade e expectativas de transformação. Na Universidade de Brasília, Nascimento e Rodrigues (2025) observaram alcance restrito das iniciativas de proteção à maternidade, concentradas sobretudo no apoio financeiro.

O debate ganhou novos marcos com a Política Nacional de Assistência Estudantil, instituída pela Lei nº 14.914/2024, e com a Política Nacional de Cuidados, criada pela Lei nº

15.069/2024. Enquanto a primeira organiza programas voltados à permanência nas instituições federais, a segunda reconhece o direito ao cuidado e a corresponsabilidade entre Estado, famílias, comunidade e setor privado. A existência dessas normas amplia o reconhecimento público do problema, mas não permite presumir cobertura, implementação ou suficiência das respostas (Brasil, 2024a, 2024b).

Diante dessa produção, a revisão delimita-se às políticas educacionais e intersetoriais e às ações institucionais relacionadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, cuidado e trabalho no Brasil. O recorte abrange publicações de 2016 a julho de 2026 e focaliza a EJA e o ensino superior, sem pretender avaliar causalmente programas específicos ou abarcar todas as desigualdades educacionais vivenciadas pelas mulheres.

A pergunta norteadora foi: como a produção científica publicada entre 2016 e julho de 2026 analisa as contribuições, os limites e as lacunas das políticas públicas educacionais e intersetoriais e das ações institucionais voltadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, responsabilidades familiares de cuidado e trabalho na EJA e no ensino superior brasileiro? O objetivo geral foi analisar as contribuições, os limites e as lacunas atribuídos pela produção científica às políticas públicas educacionais e intersetoriais e às ações institucionais voltadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, responsabilidades familiares de cuidado e trabalho na Educação de Jovens e Adultos e no ensino superior brasileiro. Como objetivos específicos, buscaram-se identificar as barreiras relacionadas ao cuidado e ao trabalho; caracterizar políticas, programas e ações de apoio; comparar as respostas descritas nos dois contextos educacionais; e examinar a presença de classe, raça e território nas experiências analisadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

PERMANÊNCIA EDUCACIONAL, DIREITO À EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

Sob a perspectiva do direito à educação, permanência e acesso constituem dimensões inseparáveis. A Constituição Federal estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola como princípio do ensino, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vincula a oferta educacional às necessidades dos diferentes públicos (Brasil, 1988, 1996). A ampliação de vagas democratiza o ingresso, mas não assegura continuidade quando barreiras sociais, materiais ou institucionais limitam a participação.

A literatura distingue permanência, evasão, abandono, retenção, trancamento e conclusão, evitando tratá-los como fenômenos equivalentes. Evasão e abandono podem designar mudança de curso, interrupção temporária, desligamento institucional ou saída definitiva, e a falta de uniformidade conceitual dificulta a comparação dos indicadores (Coimbra; Silva; Costa, 2021). Estudos brasileiros também mobilizam explicações acadêmicas, institucionais, individuais e socioeconômicas para interpretar essas trajetórias (Maciel; Cunha Júnior; Lima, 2019).

Nesta revisão, permanência compreende continuidade, participação, progressão, conclusão e possibilidade de retorno depois de interrupções. A manutenção formal da matrícula não basta quando a estudante enfrenta horários incompatíveis, deslocamentos extensos, falta de apoio pedagógico ou responsabilidades familiares que restringem sua presença e o aproveitamento acadêmico. Pesquisas sobre assistência estudantil mostram que condições materiais e acadêmicas se articulam, tornando insuficientes explicações centradas somente no desempenho ou na motivação (Ganam; Pinezi, 2021; Silva; Sampaio, 2022).

Na EJA, o debate envolve trajetórias de pessoas que não acessaram ou não concluíram a educação básica no período convencionalmente esperado. As Diretrizes Operacionais Nacionais de 2025 orientam a modalidade a considerar características, necessidades, trabalho e responsabilidades familiares do público atendido (Brasil, 2025a, 2025b). O ensino superior possui outra estrutura, mas também pode reproduzir um modelo de estudante com disponibilidade integral, distante da realidade de quem sustenta economicamente a família ou responde pelo cuidado de dependentes.

Por envolver renda, alimentação, transporte, moradia, saúde, trabalho e cuidado, a permanência aproxima educação e proteção social. Neste estudo, proteção social designa o conjunto de garantias, benefícios, serviços e ações públicas destinados à efetivação de direitos e à redução de vulnerabilidades. A análise desloca a interrupção educacional do plano exclusivamente individual para responsabilidades compartilhadas entre Estado, instituições e sociedade, sem apagar as escolhas e estratégias construídas pelas estudantes.

CUIDADO, MATERNIDADE E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

O cuidado reúne atividades, relações e recursos necessários à manutenção da vida e ao bem-estar. Inclui atenção direta a crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas adoecidas e outros dependentes, além de tarefas indiretas, como preparar alimentos, higienizar

ambientes, organizar rotinas e administrar necessidades familiares. A Organização Internacional do Trabalho diferencia o cuidado remunerado daquele realizado sem remuneração, predominantemente nos domicílios e nas comunidades, onde permanece pouco reconhecido e distribuído de forma desigual (OIT, 2018).

Ao instituir o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado, a Política Nacional de Cuidados afasta a compreensão do cuidado como obrigação exclusivamente privada ou atributo natural das mulheres. A corresponsabilização prevista na legislação permite examiná-lo como necessidade social e campo de intervenção pública, com repercussões sobre tempo, renda, autonomia e participação educacional (Brasil, 2024b).

A divisão sexual do trabalho explica parte dessa distribuição. Hirata e Kergoat (2007, p. 599) definem-na como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”. A categoria evidencia tanto a separação entre atividades consideradas masculinas e femininas quanto a hierarquia que confere maior valor econômico e simbólico aos trabalhos associados aos homens. Mesmo após a ampliação da presença feminina no emprego e na educação, as tarefas domésticas e familiares continuam majoritariamente atribuídas às mulheres.

Dados sobre uso do tempo tornam a desigualdade mensurável. As mulheres brasileiras dedicaram, em 2022, 9,6 horas semanais a mais do que os homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas (IBGE, 2023), enquanto a OIT estimou que elas realizavam 76,2% das horas de cuidado não remunerado no mundo (OIT, 2018). Esses indicadores não abrangem integralmente planejamento mental, disponibilidade contínua ou tarefas simultâneas, mas revelam uma carga capaz de restringir descanso, emprego, participação política e formação.

A maternidade participa dessa organização social sem constituir, por si, impedimento à educação. As dificuldades resultam da combinação entre necessidades de cuidado, normas de gênero, condições econômicas, composição familiar, disponibilidade de serviços e respostas institucionais. Mulheres negras, pobres, residentes em áreas periféricas ou rurais, trabalhadoras informais e chefes de famílias monoparentais podem ocupar posições ainda mais restritivas, pois gênero se articula a classe, raça e território (Hirata, 2014).

Tempo, renda e responsabilidades familiares conectam cuidado e permanência. Estudantes que garantem a sobrevivência econômica e atendem dependentes dispõem de menor flexibilidade para acompanhar aulas, avaliações, estágios e trabalhos coletivos. Redes familiares, políticas públicas, vínculos institucionais e estratégias pessoais podem ampliar as possibilidades de continuidade; seus efeitos variam conforme a estabilidade e a distribuição dos apoios disponíveis.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INTERSETORIALIDADE

Políticas de permanência abrangem medidas públicas e institucionais destinadas a enfrentar obstáculos materiais, pedagógicos, psicossociais e relacionados ao cuidado. Alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, saúde mental, apoio pedagógico, acessibilidade, flexibilização de procedimentos e acolhimento integram esse campo. Dutra e Santos (2017) observam que a assistência estudantil é atravessada por disputas entre concepções focalizadas na pobreza e perspectivas ampliadas, vinculadas ao direito à educação.

Como campo científico e profissional, a assistência estudantil reúne diferentes concepções de apoio e não se confunde com a assistência social, embora possa articular-se a ela (Dias; Sampaio, 2023). No âmbito educacional, o foco recai sobre condições de participação, aprendizagem e conclusão. As necessidades estudantis, entretanto, são produzidas também fora das instituições, o que requer diálogo com outras políticas.

A Lei nº 14.914/2024 instituiu a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), com ações de alimentação, moradia, transporte, saúde, apoio pedagógico, acessibilidade e saúde mental, entre outras dimensões (Brasil, 2024a). O Plano Nacional de Educação aprovado em 2026 incorporou estratégia de auxílio a estudantes com filhos, relacionando parentalidade, inclusão e permanência na educação superior (Brasil, 2026). Esses marcos estabelecem deveres e diretrizes, enquanto sua realização depende de financiamento, cobertura e implementação institucional.

No contexto da EJA, as políticas de permanência precisam responder à diversidade etária, laboral, territorial e cultural do público. A legislação prevê oportunidades adequadas às condições de vida e trabalho de jovens e adultos (Brasil, 1996). Horários compatíveis, busca ativa, acolhimento, reconhecimento das trajetórias, integração à educação profissional e articulação com serviços territoriais podem compor as respostas, sem que modelos universitários sejam simplesmente transferidos para a modalidade.

As políticas de cuidado ampliam esse repertório ao reconhecer que a disponibilidade familiar é limitada e desigualmente distribuída. O Plano Nacional de Cuidados prevê articulação entre ações destinadas às pessoas que necessitam de cuidado e àquelas que o realizam de forma remunerada ou não remunerada (Brasil, 2025c). Creches, centros-dia e atendimento domiciliar podem repercutir nas possibilidades educacionais das cuidadoras, conforme localização, horários, qualidade e cobertura.

Problemas que atravessam mais de um setor exigem articulação de responsabilidades, conhecimentos, recursos e ações. Wanderley, Martinelli e Paz (2020) tratam a intersectorialidade como prática construída nos territórios, com planejamento compartilhado, comunicação institucional, continuidade e avaliação. Para estudantes responsáveis pelo cuidado, essa articulação pode envolver educação, assistência social, saúde, trabalho, renda, transporte e serviços especializados.

Embora relacionadas, políticas educacionais, assistência estudantil e políticas de cuidado exercem funções distintas. As primeiras organizam o direito à escolarização e as condições pedagógicas; a assistência enfrenta barreiras materiais e institucionais; as políticas de cuidado procuram redistribuir responsabilidades historicamente concentradas nas famílias e nas mulheres. A distinção permite analisar o alcance de cada resposta sem atribuir a uma iniciativa isolada capacidade de resolver todo o problema.

MÉTODOS

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, sobre políticas públicas e ações institucionais relacionadas à permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, cuidado e trabalho na EJA e no ensino superior brasileiro. O levantamento ocorreu em julho de 2026 nas bases SciELO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), complementado por rastreamento de referências no Google Acadêmico, em periódicos e em repositórios institucionais. Legislações e documentos normativos foram consultados em páginas oficiais e analisados separadamente do corpus científico.

A pergunta norteadora orientou a combinação dos descritores centrais “direito à educação”, “assistência estudantil”, “divisão sexual do trabalho”, “Educação de Jovens e Adultos” e “ensino superior” com termos auxiliares referentes a permanência, evasão, mulheres estudantes, maternidade, cuidado e trabalho. Utilizaram-se operadores AND e OR, aspas para expressões exatas e parênteses para agrupar sinônimos, com equivalentes em inglês e espanhol.

Foram incluídos artigos científicos, dissertações e teses publicados entre janeiro de 2016 e julho de 2026, em português, inglês ou espanhol, disponíveis integralmente e relacionados ao contexto brasileiro. Os estudos deveriam abordar jovens ou mulheres adultas na EJA ou no ensino superior e analisar permanência, evasão, abandono, maternidade, responsabilidades de cuidado, trabalho, assistência estudantil ou ações institucionais. Pesquisas com homens e

mulheres foram consideradas quando apresentaram resultados específicos sobre as participantes ou análise de gênero pertinente ao problema.

Não foram incluídos registros duplicados, editoriais, cartas, notícias, resumos sem texto completo, trabalhos de graduação, documentos sem autoria verificável, estudos clínicos sem relação com trajetórias educacionais, pesquisas sobre educação básica regular desvinculadas da EJA, investigações internacionais sem análise do Brasil e textos que apenas mencionavam o tema. A seleção envolveu leitura de títulos, resumos e textos completos, resultando em um corpus de 17 estudos.

Os dados foram registrados em matriz com autoria, ano, título, contexto educacional, objetivo, desenho, população ou corpus, instrumentos, resultados, limitações e contribuição para a pergunta. Raça, classe, território, configuração familiar e redes de apoio foram extraídos quando informados. A síntese temática narrativa examinou inicialmente os estudos da EJA e do ensino superior em separado e, depois, comparou convergências, divergências, complementaridades e lacunas em quatro eixos analíticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS

A aplicação dos critérios de elegibilidade resultou em 17 estudos publicados entre 2017 e 2026. O Quadro 1 apresenta autoria, contexto, desenho, população ou corpus e contribuição predominante de cada publicação.

Quadro 1 — Caracterização dos estudos incluídos

Nº	Autor e ano	Contexto	Desenho e população ou corpus	Contribuição predominante
1	Bastos e Eiterer (2017)	EJA	Entrevistas com 10 mulheres	Redistribuição doméstica, cuidado e retorno
2	Nunes e Nascimento Silva (2020)	Ensino superior	Questionário com 102 estudantes mães	Demandas de permanência e políticas
3	Silva e Guedes (2020)	Ensino superior	Questionários e diários com 38 estudantes	Redes, ativismo e insuficiência institucional
4	Cruz e Cruz (2020)	EJA	Pesquisa qualitativa; amostra não informada	Gênero, trabalho e trajetórias interrompidas
5	Scherer e Santos (2021)	EJA	Entrevistas com quatro estudantes e uma docente	Retorno, autonomia e práticas pedagógicas
6	Silva e Alencar (2021)	EJA	Entrevistas com 14 estudantes	Trabalho, afastamento e retorno
7	Barreto e Musial (2021)	EJA	Narrativas de duas mulheres	Classe, raça, trabalho e cuidado
8	Lima, Wiese e Haracemiv (2021)	EJA	História oral; amostra não informada	Escuta, exclusão e cidadania
9	Pontes <i>et al.</i> (2022)	Ensino superior	Estudo de caso com uma estudante	Maternidade, interrupção e retorno
10	Leite e Alves (2022)	Ensino superior	Questionário com 24 estudantes	Múltiplas jornadas e bem-estar
11	Joaquim e Aragão (2024)	Ensino superior	Pesquisa documental	Políticas gerais e ausência de ação específica
12	Jesus e Coelho (2024)	EJA	Revisão de cinco artigos	Síntese secundária das trajetórias
13	Lima (2025)	EJA	Etnografia; amostra não informada	Abandono, retorno e interseccionalidade
14	Nascimento e Rodrigues (2025)	Ensino superior	Relatos de oito estudantes	Assistência, maternidade e cobertura
15	Sanches, Alonso e Vecchia (2025)	Ensino superior	Entrevistas com sete estudantes	Conciliação e escassez de apoio
16	Silva (2025)	Ensino superior	Narrativas de três estudantes	Estratégias de permanência e flexibilidade
17	Silva e Silva (2026)	Ensino superior	Entrevistas com cinco estudantes e gestores	Implementação, infraestrutura e comunicação

Fonte: elaboração própria, 2026.

Do conjunto analisado, nove estudos (52,94%) abordaram o ensino superior e oito (47,06%) focalizaram a EJA. A distribuição anual compreendeu um estudo em 2017, três em 2020, quatro em 2021, dois em 2022, dois em 2024, quatro em 2025 e um em 2026. A maior concentração em 2021 e 2025 indica presença recente do tema no corpus, sem permitir inferir crescimento do fenômeno social.

Quanto aos objetivos, as publicações organizaram-se em três grupos. Um deles examinou afastamento, retorno e permanência na EJA em relação a escolarização, trabalho, casamento, maternidade e responsabilidades domésticas. Outro investigou a conciliação entre formação superior, trabalho e maternidade. O terceiro analisou respostas institucionais, entre elas auxílio financeiro, creches, flexibilização, acolhimento e redes de apoio. Em comum, os estudos deslocaram a explicação da permanência de atributos individuais para condições sociais e institucionais.

Dezesseis estudos (94,12%) adotaram abordagem qualitativa e um combinou componentes qualitativos e quantitativos. Entrevistas semiestruturadas, narrativas, história oral, questionários, diários de campo e análise documental foram os procedimentos mais frequentes. A predominância de amostras pequenas e vinculadas a uma escola ou instituição favoreceu o aprofundamento das experiências, mas limitou comparações nacionais e inferências causais.

Nos trabalhos que informaram idade, as participantes tinham entre 16 e 73 anos. A EJA reuniu com maior frequência mulheres adultas e idosas, trabalhadoras e com longos períodos de afastamento escolar; no ensino superior, predominaram jovens mães matriculadas na graduação. Os estudos abrangeram diferentes estados, porém a distribuição territorial do corpus não representa a diversidade regional brasileira.

O corpus relacionou permanência, maternidade, trabalho e cuidado à combinação entre tempo, renda, deslocamento, apoio familiar, trabalho doméstico e exigências institucionais. Os resultados variaram conforme o contexto: em algumas famílias houve redistribuição de tarefas, enquanto outras mantiveram a sobrecarga sobre as estudantes; determinadas instituições ofereceram apoio, mas com cobertura restrita, pouca divulgação ou inadequação dos serviços.

CUIDADO, MATERNIDADE E TRABALHO COMO CONDICIONANTES DA PERMANÊNCIA

Entre os achados mais recorrentes esteve a sobreposição entre estudo, cuidado e trabalho. Leite e Alves (2022) associaram as múltiplas jornadas à falta de tempo, ao cansaço e a dificuldades de participação universitária. Na EJA, Barreto e Musial (2021) relacionaram jornadas extensas, informalidade e ausência de pessoas disponíveis para cuidar dos filhos a problemas de frequência e aprendizagem. Em ambos os contextos, horários, renda, deslocamento e organização familiar interferiram na continuidade.

O trabalho ocupou posição ambivalente nas trajetórias. Silva e Alencar (2021) observaram que a necessidade de emprego contribuía para o afastamento, mas também

motivava o retorno quando a escolarização era associada a melhores oportunidades profissionais. Barreto e Musial (2021) identificaram movimento semelhante. Condições do vínculo, flexibilidade, segurança da renda e acolhimento institucional modificaram os efeitos da atividade laboral.

Também a maternidade foi descrita como experiência mediada por condições sociais e institucionais, e não como impedimento intrínseco. Nunes e Nascimento Silva (2020) relacionaram os obstáculos vividos por mães universitárias à ausência de creches, aos custos e à baixa flexibilidade acadêmica. No estudo de Pontes *et al.* (2022), a gravidez durante a graduação levou a afastamento e reorganização do percurso, enquanto o retorno se apoiou em suporte familiar, mudança de turno e reconstrução do projeto formativo.

Para além do cuidado direto, as pesquisas evidenciaram o peso das tarefas domésticas e da administração familiar. Bastos e Eiterer (2017) verificaram que a frequência à EJA noturna exigia renegociação das rotinas, nem sempre acompanhada de redistribuição equilibrada. Lima (2025) aproximou maternidade, sobrecarga doméstica e precarização laboral das experiências de abandono e retorno, mostrando que a restrição temporal inclui a responsabilidade contínua de organizar a vida familiar.

INTERRUPÇÃO, RETORNO E RECONSTRUÇÃO DAS TRAJETÓRIAS

Na EJA, os afastamentos tiveram início, muitas vezes, na infância, adolescência ou juventude. Cruz e Cruz (2020), Scherer e Santos (2021) e Silva e Alencar (2021) relacionaram essas interrupções a trabalho precoce, casamento, gravidez, maternidade, restrições familiares e dificuldades econômicas. O ingresso na modalidade apareceu como retomada de percursos educacionais interrompidos, e não como primeiro contato das mulheres com a escola.

O retorno foi associado à autonomia, à alfabetização, ao reconhecimento social, à melhoria profissional e à possibilidade de acompanhar a escolarização dos filhos. Scherer e Santos (2021) registraram expectativas de aprendizagem e reconstrução da autoestima, enquanto Lima, Wiese e Haracemiv (2021) destacaram escuta e participação cidadã. A revisão de Jesus e Coelho (2024) apresentou convergências com esses resultados, sendo tratada como síntese secundária no corpus.

No ensino superior, as interrupções assumiram formas como trancamento, redução de carga horária, mudança de turno e saída do trabalho remunerado. Pontes *et al.* (2022) analisaram afastamento seguido de retorno sustentado por reorganização familiar. Sanches, Alonso e Vecchia (2025) encontraram estudantes que deixaram o emprego para manter a

graduação, e Silva (2025) descreveu estudo noturno, apoio informal e adaptação do percurso curricular. A continuidade, nesses casos, esteve associada a perdas econômicas e rearranjos familiares.

As estratégias construídas pelas estudantes não eliminam a responsabilidade institucional. Lima (2025) identificou solidariedade e expectativas de transformação como fatores favoráveis ao retorno; Silva e Guedes (2020), por sua vez, evidenciaram ativismo materno e organização coletiva. Tais iniciativas integram as trajetórias, mas não substituem políticas e serviços capazes de reduzir as barreiras identificadas.

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E LIMITES INSTITUCIONAIS

As respostas mapeadas incluíram auxílios financeiros, bolsas, creches, auxílio-creche, flexibilização acadêmica, acolhimento e apoio pedagógico. Joaquim e Aragão (2024) localizaram políticas gerais na Universidade Estadual Paulista, sem identificar uma política permanente específica para mães. Nascimento e Rodrigues (2025) observaram alcance reduzido e concentração da assistência na dimensão financeira. A oferta de benefícios gerais, portanto, não correspondia necessariamente às demandas relacionadas ao cuidado.

Serviços e infraestrutura apareceram como lacunas recorrentes. Nunes e Nascimento Silva (2020), Silva e Guedes (2020), Silva (2025) e Silva e Silva (2026) mencionaram creches, espaços de acolhimento, salas de amamentação ou brinquedotecas como recursos necessários ou insuficientes. Mesmo quando disponíveis, vagas, localização e horários nem sempre coincidiam com aulas e atividades acadêmicas, exigindo análise de cobertura, continuidade e adequação.

Flexibilidade acadêmica e comunicação institucional também interferiram na permanência. As estudantes relataram dificuldades com faltas, prazos, estágios, avaliações e acompanhamento de filhos adoecidos. Silva (2025) identificou pouca flexibilidade e divulgação limitada dos auxílios; Silva e Silva (2026) registraram infraestrutura inadequada, desconhecimento das políticas e lentidão institucional. Nunes e Nascimento Silva (2020) apontaram demanda por apoio psicopedagógico e adaptação de procedimentos.

Na EJA, as respostas foram menos formalizadas e apareceram principalmente em horários, acolhimento, escuta e adequação das práticas pedagógicas. Scherer e Santos (2021) ressaltaram a necessidade de considerar a heterogeneidade das turmas, e Lima, Wiese e Haracemiv (2021) valorizaram a escuta humanizadora. A baixa formalização não indica menor necessidade de apoio, mas outra configuração institucional das respostas.

REDES DE APOIO, DESIGUALDADES E INVISIBILIDADES

Redes familiares sustentaram parte significativa das trajetórias. Companheiros, mães, avós, filhos mais velhos, irmãs e outras pessoas assumiram tarefas ou contribuíram financeiramente. Bastos e Eiterer (2017) encontraram renegociação doméstica em algumas famílias, enquanto Silva e Guedes (2020) e Nascimento e Rodrigues (2025) mostraram a importância de apoios informais para a permanência universitária. Frequentemente, porém, o cuidado apenas se deslocava de uma mulher para outra.

Classe, raça e território atravessaram as experiências, embora nem todas as publicações tenham aprofundado essas categorias. Barreto e Musial (2021) analisaram mulheres negras da classe trabalhadora marcadas por trabalho doméstico desde a infância e informalidade; Lima (2025) articulou gênero, classe, raça, geração e território. Baixa renda, emprego precário e acesso limitado a serviços intensificaram as restrições ligadas ao cuidado.

Formas coletivas de organização também surgiram diante da insuficiência institucional. Silva e Guedes (2020) descreveram grupos presenciais e digitais voltados à circulação de informações, ao apoio emocional e à reivindicação de direitos. Nascimento e Rodrigues (2025) observaram que essas redes coletivizavam parcialmente o trabalho reprodutivo. O pertencimento e a capacidade política produzidos por tais iniciativas coexistiam com a necessidade de serviços públicos estáveis.

A produção localizada concentrou-se na maternidade e no cuidado de crianças. Foram raros os estudos sobre estudantes responsáveis por pessoas idosas, pessoas com deficiência, irmãos ou familiares adoecidos, bem como análises de mulheres indígenas, quilombolas, rurais ou migrantes. Trata-se de uma lacuna da literatura examinada, e não de evidência sobre a inexistência dessas experiências.

SÍNTESE TRANSVERSAL

A literatura converge ao relacionar permanência a condições que ultrapassam a sala de aula. Maternidade, emprego, tarefas domésticas, renda, transporte, horários e apoio compõem o conjunto associado à continuidade, à interrupção e ao retorno. Tanto na EJA quanto no ensino superior, os trabalhos recusaram explicações centradas exclusivamente em desinteresse ou esforço individual.

As especificidades dos contextos educacionais produziram ênfases distintas. Na EJA, ganharam destaque afastamentos iniciados na juventude, trabalho precoce, alfabetização e retorno depois de anos. No ensino superior, apareceram trancamentos, estágios, avaliações, assistência estudantil e flexibilização acadêmica. Casos e narrativas aprofundaram experiências singulares, enquanto questionários ampliaram a caracterização sem alcançar representatividade nacional.

Os resultados não foram uniformes. O apoio familiar favoreceu algumas trajetórias e esteve ausente ou instável em outras; o trabalho motivou o retorno quando associado à melhoria profissional, mas reduziu tempo e descanso; os auxílios financeiros atenuaram dificuldades sem substituir serviços, infraestrutura e flexibilidade. Essa variação impede que uma única medida seja apresentada como resposta suficiente.

Predominaram estudos qualitativos, amostras pequenas e pesquisas localizadas, com poucas análises longitudinais, comparações entre instituições, levantamentos nacionais e avaliações de implementação. Também foram inconsistentes as informações sobre idade, raça, renda, composição familiar e quantidade de participantes. Para a EJA, as lacunas foram mais acentuadas quanto a políticas formalizadas; em ambos os contextos, receberam pouca atenção as estudantes responsáveis por formas de cuidado distintas da maternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão evidenciou que a permanência de jovens e mulheres adultas que conciliam estudos, maternidade, cuidado e trabalho é condicionada por fatores sociais, econômicos, familiares, pedagógicos e institucionais. Sobrecarga doméstica, falta de tempo, cansaço, dificuldades financeiras, deslocamentos e incompatibilidade de horários atravessaram a EJA e o ensino superior, com intensidade variável conforme emprego, renda, composição familiar e apoio disponível.

Entre as respostas identificadas estiveram auxílios, bolsas, creches, auxílio-creche, apoio pedagógico, acompanhamento psicossocial, flexibilização e acolhimento. No ensino superior, elas apareceram de modo mais institucionalizado, embora limitadas por cobertura, divulgação, critérios de acesso e infraestrutura. Na EJA, o apoio foi associado sobretudo a horários, práticas pedagógicas, escuta e reconhecimento das trajetórias.

O apoio financeiro reduziu parte das dificuldades, mas não substituiu serviços de cuidado, organização pedagógica e acompanhamento. Creches e espaços de acolhimento contribuíram quando havia vagas, localização e horários compatíveis; adequações acadêmicas

dependeram de regras claras e de uma cultura institucional que reconhecesse maternidade e cuidado como dimensões legítimas da vida estudantil. Redes familiares e coletivas permaneceram decisivas, ainda que instáveis e marcadas pela transferência de tarefas entre mulheres.

Classe, raça e território modificaram a distribuição das barreiras. Mulheres negras, trabalhadoras, residentes em áreas periféricas e vinculadas a ocupações precárias apareceram expostas a restrições adicionais, mas essas categorias não foram desenvolvidas com a mesma profundidade em todo o corpus. As experiências de estudantes responsáveis por pessoas idosas, pessoas com deficiência e outros dependentes também permaneceram pouco conhecidas.

Os resultados apoiam a articulação entre políticas educacionais, assistência estudantil e políticas de cuidado, com respostas próprias para a EJA e para o ensino superior. O alcance da revisão é limitado pela concentração de estudos qualitativos e locais e pela busca em duas bases, complementada por rastreamento de referências. Novas pesquisas podem ampliar a diversidade regional, acompanhar trajetórias ao longo do tempo, comparar instituições e examinar outras responsabilidades de cuidado, produzindo evidências sobre implementação, cobertura e continuidade das ações.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Cláudia Mota dos Santos; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. Mulheres da classe trabalhadora na EJA: processos de escolarização e conciliação com o trabalho. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 40, p. 216-238, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50714>. Acesso em: 29 jul. 2026.

BASTOS, Ludimila Corrêa; EITERER, Carmem Lúcia. Reconfiguração das relações de gênero e cotidiano das mulheres educandas da EJA. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 2, n. 6, p. 42-53, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/158>. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14914.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024**. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, DF: Presidência da República, 2024b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l15069.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 17 de julho de 2025**. Altera a Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/julho-2025/rceb006_25.pdf. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.562, de 23 de julho de 2025**. Regulamenta a Política Nacional de Cuidados e dispõe sobre o Plano Nacional de Cuidados. Brasília, DF: Presidência da República, 2025c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12562.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm. Acesso em: 29 jul. 2026.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. A evasão na educação superior: definições e trajetórias. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e228764, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJsnNyNkFfJQj/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

CRUZ, Veida Allegra Ribeiro; CRUZ, Neilton Castro da. Mulheres e EJA: os desafios e as condições de ser mulher e estudante na Educação de Jovens e Adultos. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 503-525, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/abatira/article/view/9609>. Acesso em: 29 jul. 2026.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; SAMPAIO, Helena. A constituição da assistência estudantil como campo científico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 53, e10516, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/10516>. Acesso em: 29 jul. 2026.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwx/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 37, e228757, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTtkxLrsw/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: outras formas de trabalho 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102020&view=detalhes>. Acesso em: 29 jul. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2024**: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2026. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 29 jul. 2026.

JESUS, Ana Cláudia de; COELHO, Livia Andrade. Trajetórias e desafios de mulheres mães na EJA: autonomia, enfrentamentos e resistência cotidiana. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 12, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/15899>. Acesso em: 29 jul. 2026.

JOAQUIM, Ananda Raquel de Souza; ARAGÃO, José Euzébio de Oliveira Souza. Políticas de permanência estudantil para mães universitárias na Universidade Estadual Paulista. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 974-998, 2024. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16260>. Acesso em: 29 jul. 2026.

LEITE, Ana Cecília Figueirêdo; ALVES, Francione Charapa. Trabalho, maternidade e permanência no ensino superior. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8801>. Acesso em: 29 jul. 2026.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul./set. 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/11123>. Acesso em: 29 jul. 2026.

LIMA, Victoria Katarina Cardoso. **“Deixou de frequentar”**: experiências de abandono escolar entre mulheres estudantes da EJA na Zona Norte de Manaus/AM. 2025. 141 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10852>. Acesso em: 29 jul. 2026.

MACIEL, Carina Elisabeth; CUNHA JÚNIOR, Mauro; LIMA, Tatiane da Silva. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e198669, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/TcyZ4JGLSqK8Jy333yrSq/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

NASCIMENTO, Lorrany Rodrigues do; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Maternidade na política de assistência estudantil da Universidade de Brasília. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 47, n. 94, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/educacaoemdebate/article/view/97012>. Acesso em: 29 jul. 2026.

NUNES, Cicera; NASCIMENTO SILVA, Livia Maria. Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Direito.UnB: Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 41-79, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/28322>. Acesso em: 29 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Care work and care jobs for the future of decent work**. Geneva: International Labour Office, 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/major-publications/care-work-and-care-jobs-future-decent-work>. Acesso em: 29 jul. 2026.

PONTES, Vivian Volkmer *et al.* Transição para a maternidade na trajetória acadêmica: estratégias de reparação dinâmica do self e de resistência no campo social de jovens universitárias. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 39, e200190, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/Wv4Tg5pbcwb3cHYjpfzw3nh/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SANCHES, Lais Ramos; ALONSO, Amanda Silvério Fernandes; VECCHIA, Marcelo Dalla. Mães universitárias: desafios na conciliação entre maternidade e vida acadêmica. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 26, n. 00, e025005, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/20133>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SCHERER, Ana Lucia; SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. O retorno da mulher à sala de aula — Educação de Jovens e Adultos: desafios/perspectivas. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 37-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/151>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SILVA, Lara Jordana Lima da. **Permanência de jovens-mães-estudantes no curso de Pedagogia: narrativas, adversidades e encontros**. 2025. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/17068>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SILVA, Márcia Cristina Lopes; SILVA, Nayara de Cássia Silva da. Maternidade e a permanência vivenciada por estudantes em Pedagogia do IFPA. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 31, n. 1, e31007, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/e31007>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 470-479, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/KmmbBSdWxFtjXsMR5zVzZGp/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, set./out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XcTGnqJTkq9wdJZZ4PpwqFd/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

SILVA, Viviane Rauane Bezerra; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. O trabalho como fator da evasão e do retorno à EJA: uma análise de uma turma da Educação de Jovens e Adultos de Caruaru-PE. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 6, n. 1, p. 1606-1619, jan./mar. 2021. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1433. Acesso em: 29 jul. 2026.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore; MARTINELLI, Maria Lúcia; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. Intersetorialidade nas políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 137, p. 7-13, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/DPfFVvJzjDFYSzB9NWWHv7z/>. Acesso em: 29 jul. 2026.